

**Ensino de gramática:
observância aos parâmetros curriculares nacionais?**

Izete de Souza LIMA¹
Juliene Paiva de Araújo OSIAS²

Resumo

O ensino da Língua Portuguesa no Ensino Médio tem apresentado alguns aspectos que fogem do que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) defendem como coerente e funcional, no que diz respeito, muitas vezes, a uma natureza essencialmente metalinguística na abordagem e na forma da aplicabilidade da língua, como também à fragmentação pela qual ela é vista, havendo, no mínimo, três áreas dentro do ensino da própria língua: Redação, Literatura e Gramática. Assim, este artigo objetiva analisar se ocorre observância às premissas apontadas pelos PCN no âmbito do Ensino de Língua Portuguesa, no tocante à operacionalização desse ensino. Para nossa análise, realizamos uma leitura comparativa, confrontando os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), o livro didático PORTUGUÊS 1 – *Contexto, Interação e Sentido*³, indicado pelo PNLD e o Novo ENEM (2009). O resultado é um ensino híbrido ainda, permeado de metalinguagem e pincelado de epilinguagem, mostrando-nos que, aos poucos, a realidade do ensino poderá chegar à observância dos PCN.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Ensino Médio. Parâmetros Curriculares Nacionais.

Introdução

Muitos estudos revelam o fracasso do ensino de Língua Portuguesa, e uma das causas mais evidentes dessa realidade diz respeito à metodologia utilizada nas aulas, que visa ao ensino da gramática como um dos pilares mais fortes desse processo, segundo Márcia Mendonça (2006). Essa abordagem não permite que o aluno se desenvolva criticamente, uma vez que se limita a uma análise puramente metalinguística e estrutural da língua, deixando de lado a reflexão e seus usos. No entanto, propostas são desenvolvidas com o objetivo de sanar esse problema, a exemplo da Análise

¹ Mestranda em Linguística pelo PROLING (UFPB). Tutora do curso de Letras oferecido pela UFPB Virtual; especialista em Língua portuguesa PROLING (UFPB). E-mail: izete.lima@hotmail.com.

² Doutoranda pelo PROLING/UFPB. Professora de Língua Portuguesa no Iesp Faculdades e do Colégio Pio XI. E-mail: julieneosias@gmail.com.

³ ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. Moderna: São Paulo, 2008.

Linguística (AL), desenvolvida por Geraldi (1984). Temos na AL o ensino de língua materna pautado na leitura e produção de textos, propondo uma análise epilinguística, na qual a reflexão é a base do ensino, sem deixar de lado a abordagem metalinguística dos elementos que compõem a língua. A proposta da AL não é tão recente, porém, a implantação da mesma dá-se a passos lentos.

Observando o contexto do ensino de Língua portuguesa, os PCN sugerem um ensino reflexivo, tendo o texto como unidade mínima, o que nos permite identificar traços da proposta da AL.

Políticas são desenvolvidas com o objetivo de assegurar a implantação dessas propostas, como o PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), que tem como objetivo orientar a escolha dos livros didáticos, grande companheiro de jornada dos professores. Nele, encontramos os objetivos das aulas de Português em sintonia com as propostas dos PCN, bem explícitos, e, logo depois, resenhas com sugestões de livros que “contemplem” esses objetivos são apresentadas.

Além das políticas adotadas para a implantação das propostas dos PCN, temos também a avaliação dessa implantação com aplicação de provas em nível nacional, para averiguar o desenvolvimento dos alunos dentro dessa perspectiva.

Logo, a presente pesquisa surgiu da leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Médio, ano 2000, priorizando-se analisar se ocorre observância às premissas apontadas pelos PCN no âmbito do Ensino de Língua Portuguesa, no tocante à operacionalização desse ensino.

Delimitando a nossa pesquisa no nível médio e sabendo que os PCN norteiam o ensino em todo o país, procuramos, neste trabalho, averiguar como as propostas do mesmo estão sendo introduzidas nas escolas e como estas estão sendo avaliadas. Assim, observando as propostas dos PCN de Língua Portuguesa do Ensino Médio, analisaremos as políticas adotadas pelo governo para a sua implantação nas salas de aulas, tendo como fonte um livro didático proposto pelo PNLD 2012, e como o governo está avaliando essa implantação, através da análise de questões do ENEM (Enxame Nacional do Ensino Médio). Assim, procuramos identificar de que modo o livro didático intitulado **PORTUGUÊS 1 – Contexto, Interação e Sentido** – que faz parte do catálogo sugerido pelo PNLD 2012 para uso na rede pública de ensino – aborda o ensino de Língua portuguesa, se de uma forma meramente metalinguística em todas as suas etapas de análise, ou se apresenta alguma proposta também

epilinguística; se ocorre uma tricotomização da Língua Portuguesa, ou seja, um desmembramento da língua em três “áreas independentes”: Gramática, Literatura e Redação, apontando, dessa forma, o grau de observância deste livro didático (que, oficialmente, faz parte do catálogo de obras adotadas pelo PNLD para uso na rede pública) às propostas dos PCN para a Língua Portuguesa; além de verificar as coerências ou incoerências no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) no que diz respeito à operacionalização dessa abordagem à Língua Portuguesa, verificando se o citado exame faz ou não observância às propostas dos PCN, comparando-o ao livro didático em questão.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na fundamentação teórica, tratamos das novas perspectivas do ensino de Língua Portuguesa pautada na AL. Em seguida, na metodologia, descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa. Na seção resultados, apresentamos os dados, suas respectivas análises e comparações entre elas. E, por fim, na última seção, apresentamos as conclusões obtidas.

Fundamentação Teórica

Ensino Médio e Língua Materna

Falando do ensino de língua Materna no Ensino Médio, Mendonça (2006) mostra que o mesmo não passa de uma simples revisão do que já foi visto no Ensino Fundamental, com ênfase no treinamento para o vestibular, com uma análise que passa da palavra para a oração, da oração para o período, chegando raramente à unidade maior, ou seja, ao texto. Assim, temos uma **organização acumulativa**, ignorando o fluxo natural da aprendizagem que se dá a partir da competência discursiva para a competência textual até a competência gramatical, ou seja, uma aprendizagem que parte do macro para o micro, além de ignorar o objetivo de formar usuários da língua, privilegiando a formação de analistas da língua. Em contrapartida a essa realidade, vêm se firmando, nas últimas décadas, as propostas de um novo modelo de ensino, a **análise linguística (AL)**.

A AL surgiu devido à necessidade de uma nova abordagem em relação ao ensino de Língua Portuguesa, que, em muitos casos, limita-se a uma abordagem metalinguística e estrutural da língua, cunhado por Geraldi em 1984, no artigo “*Unidades básicas do ensino de português*”, essa proposta veio contrapor ao ensino tradicional da gramática. Segundo Geraldi (1997),

O uso da expressão ‘análise linguística’ não se deve ao mero gosto por novas terminologias. A análise linguística inclui tanto o trabalho sobre as questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto, entre as quais vale a pena citar: coesão e coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados (metáforas, metonímias, paráfrases, citações, discursos direto e indireto, etc.); organização e inclusão de informações, etc. Essencialmente, a prática de análise linguística não poderá limitar-se à higienização do texto do aluno em seus aspectos gramaticais e ortográficos, limitando-se a ‘correções’. Trata-se de trabalhar com o aluno o seu texto para que ele atinja seus objetivos junto aos leitores a que se destina. (GERALDI, 1997c: 74)

Assim, como podemos perceber, a AL não extingue as questões tradicionais da gramática, no entanto, ultrapassa uma abordagem meramente metalinguística e estrutural da língua, como vemos nas abordagens tradicionais, que usam o texto como pretexto para uma análise superficial dos elementos estruturais da língua em detrimento da reflexão. A AL visa a uma abordagem reflexiva, não permitindo que o ensino de gramática seja visto como um fim em si mesmo, mas como recursos discursivos. Nessa perspectiva, o texto é utilizado como o ponto de partida para a reflexão.

A proposta da AL está configurada em uma abordagem epilinguística do ensino de Língua Portuguesa, com o objetivo de refletir sobre os elementos e fenômenos linguísticos e sobre estratégias discursivas. Assim, assume uma perspectiva sociointeracionista de língua, junto com a leitura e a produção textual, incorporando um dos três eixos básicos do ensino de língua materna, como afirma Mendonça (2006).

Podemos encontrar na prática de AL uma concepção de língua situada na ação interlocutiva, sujeita às interferências dos falantes; trabalhos com habilidades metalinguísticas e epilinguística privilegiando o texto como unidade básica; utilização de uma metodologia reflexiva. Assim, a classificação e a identificação dão lugar à reflexão.

De acordo com os PCN de Língua portuguesa, o estudo da língua materna na escola deve apontar para uma reflexão sobre o uso da língua na vida e na sociedade, mostrando-se muito além do que nos é oferecido por uma organização acumulativa de conteúdos que visa à estruturação e à metalinguagem em detrimento da reflexão e dos usos da língua. Fazendo uma análise das aulas de Língua Portuguesa na atualidade, os próprios PCN mostram que as mesmas podem ser caracterizadas como “*aula de expressão em que os alunos não podem se expressar*”. Segundo os PCN, as atividades didáticas devem centrar-se na atividade epilinguística.

Se o objetivo principal do trabalho de análise e reflexão sobre a língua é imprimir maior qualidade ao uso da linguagem, as situações didáticas devem, principalmente nos primeiros ciclos, centrar-se na atividade epilinguística, na reflexão sobre a língua em situações de produção e interpretação, como caminho para tomar consciência e aprimorar o controle sobre a própria produção linguística. (PCN, 1997, p. 31)

Assim, uma abordagem epilinguística visa a explicitar a estrutura e o funcionamento da língua, como também perceber os efeitos de sentido que os elementos linguísticos podem produzir na interlocução, levando em consideração os usos da língua, sem deixar de lado também a descrição dos elementos gramaticais, pois os mesmo permitem ao falante escolher esse e não aquele elemento para alcançar uma maior expressividade.

No entanto, os PCN não escondem a realidade do ensino de gramática nas escolas e suas deficiências, que, segundo os mesmos, limita-se ao entendimento da nomenclatura gramatical como eixo principal, confundindo descrição e norma na análise da frase deslocadas do uso, da função e do texto.

Assim, para sanar os problemas gerados por esta abordagem tradicionalista, este documento apresenta uma nova visão do ensino de língua materna, na qual a comunicação é entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, e a língua é compreendida como linguagem que constrói e desconstrói significados sociais. Segundo os PCN:

Essa concepção destaca a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a

verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. O estudo gramatical passa a ser uma estratégia para a compreensão/interpretação/produção de textos e a literatura integra-se à área de leitura. (PCN, 2000, p.18).

Com isso, os PCN, cujo objetivo é nortear o ensino no Brasil, propõem uma abordagem centrada no discurso, na reflexão e no uso, sem deixar de lado os conteúdos tradicionais, agora deslocados para um segundo plano, considerados importantes, mas não vistos como eixo principal.

Os PCN buscam desenvolver as competências e as habilidades do aluno de analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos/contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção/recepção; confrontar opiniões e pontos de vistas sobre as diferentes manifestações da linguagem verbal; compreender e usar a língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.

Como vemos, muito mais que identificar e classificar termos, o objetivo do ensino de língua materna é possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades que formam um cidadão crítico, capaz de se expressar com objetividade e sabedoria, de acordo com o contexto exigido.

Visando à implantação desses objetivos em sala de aula, temos no livro didático o apoio para a aplicabilidade dessas propostas. Com o objetivo de orientar a escolha de um material didático que contemple as propostas contidas nos PCN, o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) apresenta os livros que foram criteriosamente analisados para que os professores façam uma escolha qualificada do LDP.

É importante ressaltarmos que, em muitos casos, percebemos que os livros escolhidos pelo PNLD apresentam-se em processo de transição no que diz respeito às propostas de AL, que, de certa forma, permeia todo o texto dos PCN. É possível identificar uma abordagem epilinguística, que leva em consideração a reflexão e os usos da língua, como também uma abordagem totalmente metalinguística, que visa à nomenclatura e à estrutura da linguagem. Segundo Mendonça (2006), é natural aliar

uma nova perspectiva a formas conhecidas de ensinar, atravessando um momento em que encontramos velhas e novas práticas no espaço de aula de gramática.

Outro fato marcante em relação ao ensino de Língua Portuguesa no Ensino Médio é a representação dos vestibulares solicitados por algumas universidades, ou seja, os parâmetros observados dizem respeito aos conteúdos solicitados pelos vestibulares.

No entanto, exames que verificam a aprendizagem dos alunos, como o caso do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), possuem uma abordagem que convergem para os objetivos dos parâmetros. Com isso, encontramos, até certo ponto, uma contradição em relação ao ensino, que por vezes ainda está sendo pautado numa perspectiva tradicionalista. Mas, diante das novas perspectivas, ou seja, adesão de algumas universidades ao ENEM, o ensino de língua no Ensino Médio poderá sofrer algumas alterações, já que um dos objetivos do mesmo é a entrada em uma instituição de nível superior.

Metodologia

Realizamos uma leitura comparativa, confrontando os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (2000), o livro didático **PORTUGUÊS 1 – Contexto, Interação e Sentido**⁴, indicado pelo PNLD e o Novo ENEM (2009).

A leitura dos PCN consistiu no nosso referencial teórico, considerando-o a proposta coerentemente fundamentada para um ensino funcional de Língua Portuguesa no Ensino Médio.

Já a leitura do livro didático citado ocorreu para que pudéssemos observar se o PNLD aprovou um material (para uso na Rede Pública de Ensino) que faça total observância às propostas dos PCN.

Finalmente, a leitura do ENEM, tomando como referência a prova oficial de 2009, aquela que introduziu o “Novo ENEM”, analisando se o desfecho do provão oficial tem ou não coerência com as premissas dos PCN e se dá ou não continuidade ao livro didático utilizado no momento anterior a ele – supostamente, o material com o qual se preparará o aluno para o ENEM.

⁴ ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. Moderna: São Paulo, 2008.

Discussão

Iniciando a análise do livro didático, verificamos a disposição do conteúdo programático exposto no sumário e constatamos que o conteúdo encontra-se tricotomizado: uma seção para Literatura, outra para Gramática e uma terceira para Produção de Texto.

Não nos parece muito coerente que assim seja, uma vez que os PCN para os Conhecimentos de Língua Portuguesa apontam para outra via:

A disciplina na LDB nº 5.692/71 vinha dicotomizada em Língua e Literatura (com ênfase na Literatura Brasileira). A divisão repercutiu na organização curricular: a separação entre gramática, estudos literários e redação. Os livros didáticos, em geral, e mesmo os vestibulares, reproduziram o modelo de divisão. Muitas escolas mantêm professores especialistas para cada tema e há até mesmo aulas específicas, como se leitura/literatura, estudos gramaticais e produção de texto não tivessem relação entre si. [...]

O processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. Essa concepção destaca a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. O trabalho do professor centra-se no objetivo de desenvolvimento e sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais. Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano. (PCN ENSINO MÉDIO, 2000. p. 16;18)

Fica claro, então, que esse formato apresentado pelo LD em questão (embora aprovado pelo PNL D) é conteudista, além de manter, continuar a tricotomização Gramática/Literatura/Produção de Texto, tratando as três “áreas” como se fossem independentes e fragmentadas. Também fica claro que esta não é a linha que os PCN compreendem como sociointerativa, voltada para os usos sociais da língua.

Outro aspecto interessante é observar que o conteúdo de cada “área” não faz qualquer ponte, não tem qualquer ligação com as outras, ou seja, a Língua Portuguesa

que é transmitida ao aluno é algo mecânico, tendo como prioridade a nomenclatura gramatical.

Quando verificamos o modo como o livro didático aborda a Gramática, mostrou-se-nos uma visão metalinguística, conceitual, na etapa da explanação do tema. Ou seja, o aluno é apresentado ao assunto em questão, Formação de Palavras, por meio de regras e de conceitos, de modo que ele possa conhecer as regras puramente – linha contrária à dos PCN, como vimos numa citação anterior: “Os conteúdos tradicionais de ensino de língua, ou seja, nomenclatura gramatical e história da literatura, são deslocados para um segundo plano.”

Conforme podemos constatar ao observar a imagem da página 332, por exemplo, o conteúdo Formação de Palavras tem uma abordagem tradicional, baseada na nomenclatura gramatical, e isso não foi deslocado para um segundo plano – está, na verdade, em primeiríssimo plano!

Este é mais um aspecto que nos leva a concluir a incoerência de um livro aprovado pelo PNLD (o que significa que ele deveria atender a todas as exigências desse programa) em concordância com os PCN, que, no entanto, não faz observância de pré-requisitos mínimos para que tenha havido essa aprovação.

Toda essa análise aponta para uma abordagem meramente metalinguística no ensino da Língua Portuguesa – a língua pela língua, isentando-se o aspecto social e discursivo.

Esse panorama muda um pouco, entretanto, quando analisamos os exercícios posteriores à parte explicativa do assunto Formação de Palavras.

A abordagem para a realização dos exercícios evidencia um trabalho epilinguístico, embora haja toda uma base metalinguística.

A epilinguagem é evidente quando as autoras constroem sentidos e levam o aluno a refletir sobre o assunto estudado, fazendo-os atentarem para as relações de sentido, para as funções do objeto de estudo e, o principal, para o uso da língua.

É satisfatório constatar que há, ao menos, uma iniciativa de uma análise linguística nessa abordagem gramatical sobre formação das palavras. As abordagens são híbridas, mas a iniciativa já é um começo interessante.

Isso fica evidente, por exemplo, no exercício abaixo, recortado do livro analisado:

O craque-galã e a primeira-filhinha

Morram de inveja, meninas! O cobiçadíssimo jogador Kaká, do São Paulo, tem sido visto na noite paulistana ao lado de Sophia Alckmin, filha do governador Geraldo Alckmin. Eles, é claro, garantem que são apenas amigos. A amizade entre a primeira-filhinha e o craque-galã surgiu no final da Copa, quando o governador levou Sophia para recepcionar a seleção em Cumbica. “Nos demos bem logo de cara”, diz ela, são-paulina roxa (para desgosto do papai santista). “Trocamos e-mails e falamos sobre moda e futebol, só isso.”

Veja-SP. São Paulo: Abril, ano 35, n. 38, 25 set. 2002

- 4. Nos dois títulos, as expressões primeiro-ombro, craque-galã e primeira-filhinha, formadas a partir do processo de composição por justaposição, são utilizadas para fazer referência a três pessoas públicas. Quem são elas?**
 - ▶ O que levou o autor das matérias a utilizar tais expressões para identificar cada uma dessas pessoas?
- 5. Que efeito de sentido é obtido pela utilização da palavra primeiro(a) nos compostos primeiro-ombro e primeira-filhinha?**
- 6. Qual é o sentido que se pretende construir na expressão craque-galã?**
- 7. Nas tiras de Laerte e nos títulos, as palavras analisadas foram formadas pelo mesmo processo, mas o efeito de sentido que produzem não é o mesmo. Explique.**

Aqui não há qualquer abordagem meramente metalinguística, destituída de contexto. Os conceitos são construídos, e aluno, ao realizar esta atividade, vai dimensionando conceitos, funções e aplicabilidades do conteúdo em questão. E, para que a isso se chegasse, foi feita uma explanação do tema de modo sistemático, conteudista e permeado de nomenclaturas – mas a análise linguística (AL) não se isola da abordagem metalinguística, pelo contrário. As duas linhas podem e devem completar-se, contanto que o resultado seja um aluno capaz de ler, compreender e escrever a partir do que ele aprendeu, sem que se tenha decorado uma nomenclatura, trabalho que seria inútil, sem aplicabilidade nenhuma.

Neste aspecto, pelo que se viu, a obra em análise faz observância aos PCN no momento em que aplica os conhecimentos de modo a levar o aluno à reflexão, aprendendo a fazer uso da língua, dominando sua aplicabilidade.

Com relação ao ENEM, podemos explorar aqui uma questão da prova realizada em 2010, na página 6, do caderno 7 (AZUL):

S.O.S Português

Por que pronunciamos muitas palavras de um jeito diferente da escrita? Pode-se refletir sobre esse aspecto da língua com base em duas perspectivas. Na primeira delas, fala e escrita são dicotômicas, o que restringe o ensino da língua ao código. Daí vem o entendimento de que a escrita é mais complexa que a fala, e seu ensino restringe-se ao conhecimento das regras gramaticais, sem a preocupação com situações de uso. Outra abordagem permite encarar as diferenças como um produto distinto de duas modalidades da língua: a oral e a escrita. A questão é que nem sempre nos damos conta disso.

S.O.S Português. **Nova Escola**. São Paulo: Abril, Ano XXV, nº 231, abr. 2010 (fragmento adaptado).

O assunto tratado no fragmento é relativo à língua portuguesa e foi publicado em uma revista destinada a professores. Entre as características próprias desse tipo de:

- a) regional, pela presença de léxico de determinada região do Brasil.
- b) literário, pela conformidade com as normas da gramática.
- c) técnico, por meio de expressões próprias de textos
- d) coloquial, por meio do registro de informalidade.
- e) oral, por meio do uso de expressões típicas da oralidade.

O que nos parece preocupante é que o que se espera de um livro didático aprovado pelo PNLD e em consonância com os PCN é que ele prepare o aluno para o ENEM (a etapa realizada para o ingresso à universidade) e na *linguagem* do ENEM! O que vimos, no entanto, na seção conteudista do livro didático voltado ao tema Formação de Palavras, definitivamente, não é a linha pretendida pelos PCN, muito menos a linha explorada pelo ENEM.

Considerações finais

É evidente que ainda persiste o ensino de Língua Portuguesa tendo como prioridade a Gramática, esta inserida numa linha que tricotomiza a língua em Literatura, Gramática e Produção de Texto. Também é evidente que a abordagem a essa gramática ocorre a partir da prioridade à nomenclatura, definições e classificações – tudo de modo isolado e destituído de sentido social.

A incoerência que observamos é que as políticas públicas para o ensino, mediante o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), parecem não perceber que obras aprovadas por este mesmo programa permanecem no equívoco da tripartição da Língua Portuguesa nas áreas já citadas – aspecto condenado pelos PCN de Língua Portuguesa, que veem a língua como um conjunto, e não peças fragmentadas, como também consideram a nomenclatura e a mera abordagem metalinguística aspectos a serem deixados em segundo plano.

Um aspecto positivo, porém, que pudemos perceber foi a tentativa de se inovar na aplicabilidade das regras gramaticais, por meio de análises linguísticas, levando o aluno não somente à reflexão, como também ao uso consciente da língua.

Não se trata de uma abordagem última e definitiva, mas é louvável que se esteja, ao menos, começando um trabalho em gramática baseado na AL. A base é conteudista e metalinguística, mas já se começa a discutir os temas no momento da aplicabilidade, já se começam a construir conceitos. O resultado é um ensino híbrido ainda, permeado de metalinguagem e pincelado de epilinguagem, mas isso já é um rumo.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **PORTUGUÊS 1 – Contexto, Interação e Sentido**. Moderna: São Paulo, 2008.

MENDONÇA, M. Análise **Linguística no Ensino Médio: um novo olhar, um outro objeto**. In: Clécio Bunzen e Márcia Mendonça (orgs). *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo. Parábola Editorial, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Ensino Médio** - Brasília, 2000.

GERALDI, J. V. (1997). **Concepções de linguagem e ensino de português**. In: GERALDI, J. W. (org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2012. Língua Portuguesa. Ensino Médio**. Brasília, 2011, p. 42-45.